

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	8
DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	23

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	49
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	50
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	51

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.962.381.424
Preferenciais	0
Total	2.962.381.424
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
1	Ativo Total	2.438.590	2.368.004
1.01	Ativo Circulante	667.131	616.608
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	316.657	476.497
1.01.02	Aplicações Financeiras	300.668	92.481
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	300.668	92.481
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras	274.416	59.966
1.01.02.01.04	Aplicações Financeiras Vinculadas	26.252	32.515
1.01.03	Contas a Receber	35.656	31.318
1.01.03.01	Clientes	35.656	31.317
1.01.03.01.01	Contas a Receber	35.656	31.317
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	1
1.01.03.02.01	Contas a receber Partes Relacionadas	0	1
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.298	11.540
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.298	11.540
1.01.06.01.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.015	11.540
1.01.06.01.02	Antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre lucros	283	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.300	3.418
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.300	3.418
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.552	1.354
1.01.08.03	Outros	1.552	1.354
1.01.08.03.02	Outros Créditos	1.552	1.354
1.02	Ativo Não Circulante	1.771.459	1.751.396
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	189.696	189.643
1.02.01.04	Contas a Receber	1.568	1.223
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	1.568	1.223
1.02.01.07	Tributos Diferidos	152.136	152.136
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	152.136	152.136
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	4.526	4.805
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	31.466	31.479
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	17.681	17.694
1.02.01.10.05	Adiantamentos a Fornecedor	13.785	13.785
1.02.03	Imobilizado	27.660	19.371
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.051	6.949
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	21.609	12.422
1.02.04	Intangível	1.554.103	1.542.382
1.02.04.01	Intangíveis	1.554.103	1.542.382
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.497.210	1.348.495
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	56.893	193.887

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2025	Exercício Anterior 31/12/2024
2	Passivo Total	2.438.590	2.368.004
2.01	Passivo Circulante	190.759	220.656
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.179	9.739
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.179	9.739
2.01.02	Fornecedores	30.355	32.560
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.355	32.560
2.01.03	Obrigações Fiscais	9.120	8.773
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	9.120	8.773
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	66
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	9.120	8.707
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	75.838	17.202
2.01.04.02	Debêntures	75.838	17.202
2.01.05	Outras Obrigações	39.349	43.396
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.190	6.599
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.190	6.599
2.01.05.02	Outros	35.159	36.797
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	17.395	15.202
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	4.468	6.467
2.01.05.02.08	Taxa de fiscalização	1.746	1.698
2.01.05.02.11	Arrendamento mercantil a pagar	11.550	13.430
2.01.06	Provisões	27.918	108.986
2.01.06.02	Outras Provisões	27.918	108.986
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	27.918	31.040
2.01.06.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	0	77.946
2.02	Passivo Não Circulante	1.352.206	1.270.331
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.072.737	1.094.322
2.02.01.02	Debêntures	1.072.737	1.094.322
2.02.02	Outras Obrigações	151.709	131.663
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	131.773	124.000
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	131.773	124.000
2.02.02.02	Outros	19.936	7.663
2.02.02.02.06	Obrigações fiscais	8.518	7.146
2.02.02.02.08	Arrendamento mercantil a pagar	11.418	517
2.02.04	Provisões	127.760	44.346
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.750	4.062
2.02.04.01.05	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	2.750	4.062
2.02.04.02	Outras Provisões	125.010	40.284
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	36.399	34.420
2.02.04.02.05	Provisão para Investimentos em Rodovias	88.611	5.864
2.03	Patrimônio Líquido	895.625	877.017
2.03.01	Capital Social Realizado	1.733.585	1.733.585
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-837.960	-856.568

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	186.190	366.596	191.348	373.404
3.01.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	136.150	269.151	126.476	246.290
3.01.02	Receita de serviços de construção	50.040	97.445	64.872	127.114
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-145.265	-284.972	-151.475	-298.074
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-95.225	-187.527	-86.603	-170.960
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-50.040	-97.445	-64.872	-127.114
3.03	Resultado Bruto	40.925	81.624	39.873	75.330
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-6.814	-14.822	-7.433	-13.858
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-10.431	-18.821	-7.916	-14.777
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-10.363	-18.702	-7.942	-14.385
3.04.02.04	Provisão para Perdas Esperadas	-68	-119	26	-392
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	3.617	3.999	483	919
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	34.111	66.802	32.440	61.472
3.06	Resultado Financeiro	-15.087	-48.194	-17.034	-39.641
3.06.01	Receitas Financeiras	19.656	37.024	13.792	33.205
3.06.01.01	Receitas Financeiras	19.656	37.024	13.792	33.205
3.06.02	Despesas Financeiras	-34.743	-85.218	-30.826	-72.846
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-34.743	-85.218	-30.820	-72.840
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	0	-6	-6
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	19.024	18.608	15.406	21.831
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	19.024	18.608	15.406	21.831
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	19.024	18.608	15.406	21.831
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0064	0,0063	0,0052	0,0074

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2024 à 30/06/2024	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
4.01	Lucro Líquido do Período	19.024	18.608	15.406	21.831
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.024	18.608	15.406	21.831

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	159.841	127.564
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	225.460	193.553
6.01.01.01	Lucro líquido do período	18.608	21.831
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	103.454	91.015
6.01.01.03	Provisão para perdas esperadas	119	392
6.01.01.04	Baixa de ativos permanentes	72	70
6.01.01.05	Baixa de ativos por direito de uso	107	0
6.01.01.09	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-1.242	-859
6.01.01.10	Juros e variações monetárias líquidas sobre mútuos e debêntures privadas	9.144	6.766
6.01.01.12	Juros e variações monetárias sobre debêntures	68.932	58.419
6.01.01.14	Despesas / (receitas) financeiras dos ajustes a valor presente	4.933	1.028
6.01.01.15	Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	3.744	2.517
6.01.01.16	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	51	45
6.01.01.17	Constituição de provisão para manutenção	17.538	12.329
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-65.619	-65.989
6.01.02.01	Contas a receber	-4.803	-3.926
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	1	261
6.01.02.04	Despesas antecipadas	2.397	2.771
6.01.02.05	Impostos a recuperar	1.015	8.533
6.01.02.06	Outros créditos	-198	-496
6.01.02.07	Depósitos judiciais	13	-466
6.01.02.09	Fornecedores	-1.389	3.347
6.01.02.10	Fornecedores - partes relacionadas	-852	-548
6.01.02.11	Cauções contratuais de fornecedores	459	125
6.01.02.12	Obrigações sociais	-1.560	-1.151
6.01.02.13	Obrigações fiscais	1.087	167
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-196	0
6.01.02.15	Taxa de Fiscalização	48	43
6.01.02.16	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-5.107	-3.366
6.01.02.17	Utilização de provisão de manutenção	-20.998	-33.025
6.01.02.18	Custo de transação - empréstimo	1.436	1.444
6.01.02.19	Pagamento de juros	-34.973	-33.018
6.01.02.20	Outras contas a pagar	-1.999	-6.684
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-309.300	-309.639
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-15	0
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-101.567	-139.377
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-28.030	-31.465
6.02.04	Valor resgatado das aplicações vinculadas	34.762	25.999
6.02.10	Aplicação Financeira	-214.450	-164.796
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-10.381	-9.131
6.03.03	Pagamento arrendamento mercantil	-10.381	-9.131
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-159.840	-191.206

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2024 à 30/06/2024
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	476.497	544.238
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	316.657	353.032

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-856.568	0	877.017
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	18.608	0	18.608
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	18.608	0	18.608
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-837.960	0	895.625

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 30/06/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.733.585	0	0	-824.490	0	909.095
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.831	0	21.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.831	0	21.831
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.733.585	0	0	-802.659	0	930.926

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2025 à 30/06/2025	01/01/2024 à 30/06/2024
7.01	Receitas	397.541	403.503
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	283.020	258.773
7.01.02	Outras Receitas	114.521	144.730
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	97.445	127.114
7.01.02.02	Outras receitas	15.420	11.312
7.01.02.03	Juros Capitalizados	1.656	6.304
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-170.063	-194.714
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-23.488	-25.622
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-11.935	-12.137
7.02.04	Outros	-134.640	-156.955
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-97.445	-127.114
7.02.04.02	Custo da Concessão	-13.264	-13.333
7.02.04.03	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-17.538	-12.329
7.02.04.04	Outros	-6.393	-4.179
7.03	Valor Adicionado Bruto	227.478	208.789
7.04	Retenções	-103.454	-91.015
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-103.454	-91.015
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	124.024	117.774
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	37.024	33.199
7.06.02	Receitas Financeiras	37.024	33.205
7.06.03	Outros	0	-6
7.06.03.04	Outros	0	-6
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	161.048	150.973
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	161.048	150.973
7.08.01	Pessoal	30.670	27.191
7.08.01.01	Remuneração Direta	22.832	20.265
7.08.01.02	Benefícios	6.300	5.641
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.538	1.285
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	25.043	22.886
7.08.02.01	Federais	10.850	9.922
7.08.02.02	Estaduais	3	2
7.08.02.03	Municipais	14.190	12.962
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	77.583	72.299
7.08.03.01	Juros	68.932	58.419
7.08.03.02	Aluguéis	-33	21
7.08.03.03	Outras	8.684	13.859
7.08.03.03.02	Juros capitalizados Debêntures	1.656	6.304
7.08.03.03.04	Outras	7.028	7.555
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	18.608	21.831
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	18.608	21.831
7.08.05	Outros	9.144	6.766
7.08.05.01	Juros Debêntures privadas e Mútuos	9.144	6.766

Comentário do Desempenho

RELEASE DE RESULTADOS 2T25

Comentário do Desempenho



Pouso Alegre, 14 de agosto de 2025 – Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Autopista Fernão Dias S.A. (“Companhia” ou “Fernão Dias”) apresenta aos seus investidores e ao mercado o Release de Resultados referente ao segundo trimestre de 2025 (“2T25”).

As informações financeiras e operacionais a seguir, salvo indicação em contrário, estão em conformidade com a Legislação Societária e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e dados não constantes no balanço patrimonial, demonstração de resultados e notas explicativas das demonstrações contábeis não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

Nos termos da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, revisou e aprovou, por unanimidade, as informações contidas no Relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. (“Deloitte”) sobre o presente Release de Resultados, bem como as respectivas Informações Trimestrais referentes ao período encerrado em 30 de junho de 2025.

INTRODUÇÃO

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Companhia” ou “Fernão Dias”), concessionária controlada pela Arteris S.A., é responsável pela administração de 562,1 km da rodovia BR-381, eixo estratégico que conecta os polos econômicos de São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG). A concessão, firmada com a União por meio da ANTT, teve início em 2008 e possui vigência até 2033.

A malha rodoviária administrada pela Companhia atravessa 34 municípios nos estados de São Paulo e Minas Gerais, com forte relevância logística e econômica, atendendo a setores como indústria, comércio, agronegócio e serviços. A rodovia é 100% duplicada ou possui terceira faixa, e conta com 8 praças de pedágio em operação. O perfil de tráfego é majoritariamente composto por veículos pesados, que representam cerca de 70% do volume total, evidenciando sua importância para o transporte de cargas na região Sudeste.

A operação da Fernão Dias é marcada por investimentos contínuos em infraestrutura, segurança viária e atendimento ao usuário, com serviços como socorro médico e mecânico, inspeção de tráfego e atendimento 24 horas. A robustez do tráfego, aliada à previsibilidade contratual e à relevância estratégica da concessão, sustenta a geração de caixa e reforça a atratividade do ativo no portfólio da Arteris.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS – 2T25

Tráfego Pedagiado

A Companhia apresentou crescimento de **4,1%** no tráfego no 2T25, com **47,7 milhões de veículos equivalentes**. O *mix* de veículos equivalentes foi de **72,6%** do tráfego representado por veículos pesados e **27,4%** por veículos de leves.

Receita de Pedágio

A receita de pedágio da Companhia totalizou **R\$ 143,3 milhões** no 2T25, com crescimento de **7,8%** quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

EBITDA Ajustado e Margem

O **EBITDA Ajustado** totalizou **R\$ 95,8 milhões**, acréscimo de **12,8%**, com uma margem de **70,4%**, evolução de **3,2 p.p.**

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO OPERACIONAL

TRÁFEGO PEDAGIADO

Veículos Equivalentes (Mil)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Total	47.745	45.843	4,1%	94.316	89.216	5,7%
Leves	13.060	12.502	4,5%	26.397	25.808	2,3%
Pesados	34.685	33.341	4,0%	67.919	63.408	7,1%

No 2T25, a Fernão Dias registrou 47,7 milhões de veículos equivalentes, representando um crescimento de 4,1% em relação ao mesmo período de 2024. O mix de tráfego manteve-se concentrado em veículos pesados, que representaram 72,6% do total, enquanto os veículos leves corresponderam a 27,4%.

O desempenho no trimestre foi impulsionado por dois fatores principais:

- Veículos leves: crescimento de 4,5%, favorecido pelos feriados prolongados, como o de 1º de maio, que em 2025 caiu em uma quinta-feira (versus quarta-feira em 2024), e Corpus Christi.
- Veículos pesados: aumento de 4,0%, refletindo o bom desempenho das exportações agrícolas e industriais, além do início da cobrança do eixo suspenso (MDF-e) a partir de maio/24.

No acumulado do 1S25, o tráfego totalizou 94,3 milhões de veículos equivalentes, alta de 5,7% frente ao mesmo período de 2024. O crescimento foi puxado principalmente pelos veículos pesados, com avanço de 7,1%, enquanto os veículos leves apresentaram aumento de 2,3%.

Além dos fatores já mencionados, o desempenho semestral também foi influenciado por feriados como o Carnaval e o próprio Corpus Christi, que estimularam o deslocamento de veículos leves.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (R\$/Veíc. Equiv.)	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Tarifa Média	3,00	2,90	3,5%	3,00	2,90	3,5%

A tarifa média da Fernão Dias no 2T25 foi de R\$ 3,00, representando um aumento de 3,5% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado do 1S25, a tarifa manteve-se no patamar, também com crescimento de 3,5% frente ao 1S24.

Essa variação reflete os reajustes tarifários anuais previstos contratualmente, com data-base em dezembro, e calculados com base na variação do IPCA acumulado no período, conforme estipulado no contrato de concessão.

Comentário do Desempenho



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Receita Bruta	199.018	203.083	(2,0%)	391.813	396.258	(1,1%)
Receitas de pedágio	143.278	132.969	7,8%	283.020	258.773	9,4%
Receitas de construção	50.040	64.872	(22,9%)	97.445	127.114	(23,3%)
Outras Receitas	5.700	5.242	8,7%	11.348	10.371	9,4%
Deduções	(12.828)	(11.735)	9,3%	(25.217)	(22.854)	10,3%
Receita Operacional Líquida	186.190	191.348	(2,7%)	366.596	373.404	(1,8%)
Receita Operacional Líquida Ajustada¹	136.150	126.476	7,6%	464.041	500.518	(7,3%)

1: Excluindo a Receita de Construção

Receita de Pedágio

A receita bruta de pedágio da Fernão Dias totalizou R\$ 143,3 milhões no 2T25, um crescimento de 7,8% em relação ao mesmo período de 2024. Esse desempenho reflete, principalmente, o impacto positivo dos reajustes tarifários contratuais e o aumento do tráfego na rodovia.

No acumulado do 1S25, a receita atingiu R\$ 283,0 milhões, representando uma alta de 9,4% frente ao 1S24. O crescimento foi impulsionado tanto pela evolução do volume de veículos pesados, beneficiado pelo cenário favorável das exportações, quanto pela implementação da cobrança do eixo suspenso (MDF-e) a partir de maio de 2024.

Receitas de Construção

As receitas de construção totalizaram R\$ 50,0 milhões no 2T25, representando uma redução de 22,9% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 97,4 milhões, queda de 23,3% na comparação anual. Essa linha representa um ajuste contábil, e não possui impacto no caixa da Companhia.

Outras Receitas

As outras receitas totalizaram R\$ 5,7 milhões no 2T25, representando um crescimento de 8,7% em relação ao mesmo período de 2024. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 11,3 milhões, alta de 9,4% na comparação anual.

O desempenho positivo reflete os reajustes contratuais aplicados no período, além da maior realização de receitas com a exploração de cabos ópticos e metálicos, bem como com painéis publicitários ao longo da rodovia.

Comentário do Desempenho



CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Custos e Despesas Operacionais (Caixa)	(40.364)	(41.549)	(2,9%)	(81.357)	(81.474)	(0,1%)
Pessoal	(15.980)	(14.461)	10,5%	(30.668)	(27.189)	12,8%
Conservação	(5.436)	(4.741)	14,7%	(10.366)	(9.326)	11,2%
Serviços de terceiros	(7.223)	(8.964)	(19,4%)	(14.544)	(17.751)	(18,1%)
Seguros e garantias	(1.381)	(1.561)	(11,5%)	(2.774)	(3.118)	(11,0%)
Verba de fiscalização	(5.236)	(4.994)	4,8%	(10.473)	(9.987)	4,9%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscal	(2.375)	(1.110)	114,0%	(3.744)	(2.517)	48,7%
Outros	(2.733)	(5.718)	(52,2%)	(8.788)	(11.586)	(24,1%)
Custos e Despesas Operacionais (Não Caixa)	(111.715)	(117.359)	(4,8%)	(218.437)	(230.458)	(5,2%)
Custo dos serviços de construção	(50.040)	(64.872)	(22,9%)	(97.445)	(127.114)	(23,3%)
Provisão p/ manutenção em rodovias	(7.688)	(6.371)	20,7%	(17.538)	(12.329)	42,2%
Depreciação e amortização	(53.987)	(46.116)	17,1%	(103.454)	(91.015)	13,7%
Custos e Despesas Operacionais	(152.079)	(158.908)	(4,3%)	(299.794)	(311.932)	(3,9%)

No 2T25, os custos e despesas operacionais da Fernão Dias totalizaram R\$ 152,1 milhões, representando uma redução de 4,3% em relação ao 2T24. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 299,8 milhões, queda de 3,9% frente ao mesmo período do ano anterior. A retração é explicada, principalmente, pela menor contabilização do custo dos serviços de construção, item contábil sem efeito caixa que se contrapõe à linha de Receita de Construção.

Ao desconsiderar os efeitos não caixa — como custo dos serviços de construção, provisão para manutenção e depreciação e amortização — os custos e despesas operacionais com impacto caixa somaram R\$ 40,4 milhões no 2T25, redução de 2,9% em relação ao 2T24. No semestre, o total foi de R\$ 81,4 milhões, em linha com o registrado no 1S24.

As principais variações no trimestre foram:

- Pessoal: aumento de 10,5%, totalizando R\$ 16,0 milhões, impulsionado por reajustes salariais e reforço de equipes operacionais.
- Conservação: crescimento de 14,7%, refletindo maior volume de serviços executados no período.
- Serviços de terceiros: retração de 19,4%, resultado da revisão contratual e ganhos de eficiência operacional.
- Seguros e garantias: queda de 11,5%, com redução nos prêmios contratados.
- Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais: alta de 114,0%, influenciada pelo aumento das provisões cíveis e trabalhistas no período.
- Outros: redução de 52,2% devido a reconhecimento não recorrente proveniente de acordo extrajudicial com empresa de infraestrutura referente a utilização de rede de fibra ótica.

A Companhia segue com foco na disciplina de custos e na eficiência operacional, assegurando a continuidade dos serviços com qualidade e segurança.

Comentário do Desempenho



EBITDA E EBITDA AJUSTADO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	19.024	15.406	23,5%	18.608	21.831	(14,8%)
(+) Depreciação e Amortização	53.987	46.116	17,1%	103.454	91.015	13,7%
(+) Resultado Financeiro	15.087	17.034	(11,4%)	48.194	39.641	21,6%
(+) IR e CSLL	-	-	-	-	-	-
EBITDA¹	88.098	78.556	12,1%	170.256	152.487	11,7%
Margem EBITDA ²	64,7%	62,1%	2,6 p.p.	63,3%	61,9%	1,3 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.688	6.371	20,7%	17.538	12.329	42,2%
EBITDA Ajustado³	95.786	84.927	12,8%	187.794	164.816	13,9%
Margem EBITDA Ajustada ²	70,4%	67,1%	3,2 p.p.	69,8%	66,9%	2,9 p.p.

1: EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é a medida utilizada nas práticas contábeis e não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

3: Considera os ajustes relativos a reversões da provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01) bem como a provisão para redução ao valor recuperável dos ativos. A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício

No 2T25, o EBITDA da Fernão Dias totalizou R\$ 88,1 milhões, alta de 12,1% em relação ao 2T24, com margem de 64,7%. No acumulado do 1S25, o EBITDA somou R\$ 170,3 milhões, crescimento de 11,7% na comparação com 1S24.

O EBITDA Ajustado, que exclui efeitos contábeis sem impacto caixa, como a reversão da provisão para manutenção, atingiu R\$ 95,8 milhões no trimestre, avanço de 12,8% e margem de 70,4%. No semestre, o indicador alcançou R\$ 187,8 milhões, incremento de 13,9%.

O desempenho reflete, principalmente, o aumento da receita de pedágio — impulsionado pelo reajuste tarifário e pelo crescimento do tráfego equivalente — e maior eficiência dos Custos e Despesas.

A Companhia considera o EBITDA Ajustado como métrica mais representativa da geração de caixa operacional, por refletir com maior precisão a performance financeira do período.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Depreciação e Amortização	53.987	46.116	17,1%	103.454	91.015	13,7%

A linha de depreciação e amortização totalizou R\$ 54,0 milhões no 2T25, representando um aumento de 17,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado do 1S25, o valor foi de R\$ 103,5 milhões, crescimento de 13,7% frente ao 1S24.

A variação reflete, principalmente, a evolução da base de ativos intangíveis e imobilizados, em linha com os investimentos realizados pela Companhia na modernização e manutenção da infraestrutura da rodovia.

Comentário do Desempenho



RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Financeiro	(15.087)	(17.034)	(11,4%)	(48.194)	(39.641)	21,6%
Receitas financeiras	19.656	13.792	42,5%	37.024	33.205	11,5%
Despesas financeiras	(34.743)	(30.820)	12,7%	(85.218)	(72.840)	17,0%
Variação cambial, líq.	-	(6)	(100,0%)	-	(6)	(100,0%)

No 2T25, a Fernão Dias apresentou despesa financeira líquida de R\$ 15,1 milhões, uma redução de 11,4% em relação ao 2T24. Esse desempenho foi favorecido pelo aumento das receitas financeiras, que totalizaram R\$ 19,7 milhões no trimestre, alta de 42,5% na comparação anual, impulsionadas por maior saldo de aplicações e elevação das taxas de juros médias.

Por outro lado, as despesas financeiras somaram R\$ 34,7 milhões, com crescimento de 12,7% frente ao mesmo período do ano anterior, refletindo o aumento do saldo de dívida bruta e do IPCA no período.

No acumulado do 1S25, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 48,2 milhões, representando um aumento de 21,6% em relação ao 1S24. As receitas financeiras cresceram 11,5%, totalizando R\$ 37,0 milhões, enquanto as despesas financeiras atingiram R\$ 85,2 milhões, alta de 17,0% no mesmo comparativo.

IR e CSLL

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
IR e CSLL	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Corrente	-	-	0,0%	-	-	0,0%
Diferido	-	-	-	-	-	0,0%

A Fernão Dias não apresentou saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social (corrente ou diferido) no 2T25, nem no mesmo período do ano anterior. O mesmo se aplica ao acumulado do 1S25, refletindo a ausência de base tributável no período.

RESULTADO LÍQUIDO

R\$ mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Resultado Líquido	19.024	15.406	23,5%	18.608	21.831	(14,8%)

A Fernão Dias encerrou o 2T25 com lucro líquido de R\$ 19,0 milhões, crescimento de 23,5% em relação ao 2T24, refletindo o aumento da receita de pedágio e a eficiência na gestão de custos operacionais.

No acumulado do 1S25, o lucro líquido foi de R\$ 18,6 milhões, queda de 14,8% frente ao 1S24, impactado principalmente pela evolução das despesas financeiras, conforme detalhado no item de Resultado Financeiro.

Comentário do Desempenho



ENDIVIDAMENTO

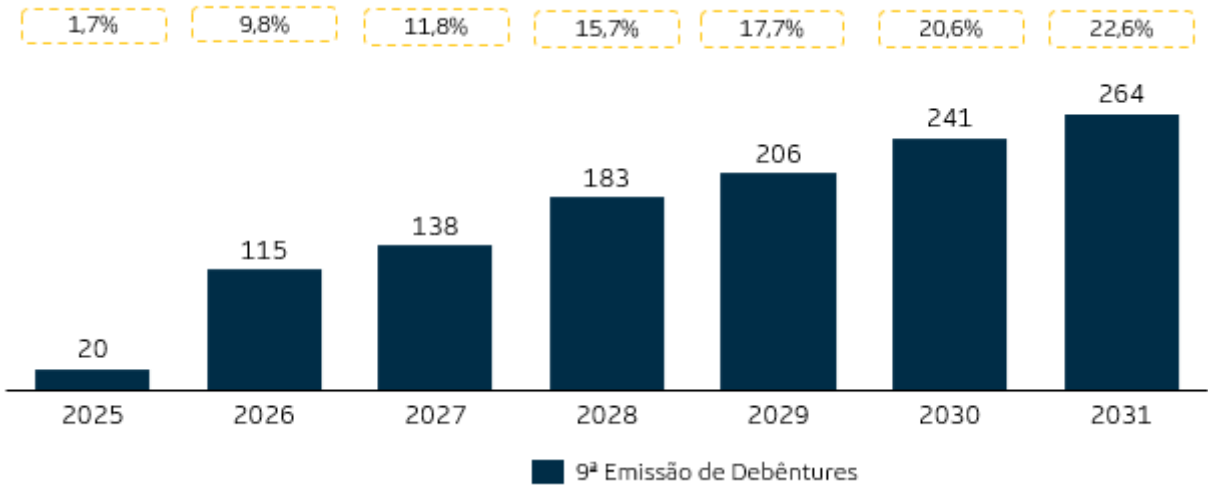
R\$ mil	2T25	1T25	Δ%
Dívida Bruta	1.148.575	1.121.981	2,4%
Curto Prazo	75.838	65.770	15,3%
Longo Prazo	1.072.737	1.056.211	1,6%
Posição de Caixa	617.325	560.861	10,1%
Caixa e equivalentes de caixa	591.073	553.662	6,8%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	26.252	7.199	264,7%
Dívida Líquida	531.250	561.120	(5,3%)

1: Curto e Longo Prazo

Ao final do 2T25, a dívida bruta da Fernão Dias totalizou R\$ 1.148,6 milhões, crescimento de 2,4% em relação ao 1T25, com destaque para o aumento de 15,3% no saldo de curto prazo. A posição de caixa alcançou R\$ 617,3 milhões, avanço de 10,1% no trimestre, impulsionada principalmente pelo aumento das aplicações financeiras vinculadas.

Como resultado, a dívida líquida foi reduzida para R\$ 531,2 milhões, uma queda de 5,3% em relação ao trimestre anterior, refletindo a estratégia da Companhia de preservação de liquidez e disciplina financeira.

Aging da Dívida – junho de 2025



No 1T25, 100% da dívida total da Companhia estava atrelada à 9ª Emissão de Debêntures, 100% indexada a IPCA.

Comentário do Desempenho



INVESTIMENTOS REALIZADOS

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
Investimentos	56.601	82.750	(31,6%)	120.869	172.499	(29,9%)

No 2T25, a Fernão Dias investiu R\$ 56,6 milhões, redução de 31,6% em relação ao 2T24. No acumulado do semestre, os investimentos totalizaram R\$ 120,9 milhões, queda de 29,9% na comparação anual.

A variação reflete, principalmente, a diferença no cronograma de execução de obras e serviços, com destaque para menor volume de intervenções em manutenção de pavimento e avanço em ações preparatórias de desapropriação.

PREVISÃO DE INVESTIMENTOS FUTUROS

R\$ Mil	2025 a 2033
Melhorias na Infraestrutura	1.397.257
Recuperações/Manutenções	292.787
Total	1.690.044

*Base Monetária: junho/2025

Comentário do Desempenho**CONSIDERAÇÕES FINAIS****RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à determinação da Resolução CVM n.º 162/22, a Companhia informa que, no período encerrado em 30 de junho de 2025, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Ltda. para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria da Fernão Dias S.A. declara, nos termos da Resolução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da Deloitte Touche Tohmatsu Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

Pouso Alegre, 14 de agosto de 2025.

Diretoria

Álisson de Almeida Freire
Diretor Presidente

Ricardo Luís da Silva
Diretor Superintendente

Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer de Freitas
Diretora de Assuntos Regulatórios

Luiz Cesar Lindgren Costa
Diretor de Engenharia

Conselho de Administração

Sergio Moniz Barretto Garcia
Conselheiro

Flavia Lucia Mattioli Tâmega
Conselheiro

Roberto Paolini
Conselheiro

Comentário do Desempenho

ANEXO I – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ Mil	2T25	2T24	Δ%	1S25	1S24	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	199.018	203.083	(2,0%)	391.813	396.258	(1,1%)
Receitas de pedágio	143.278	132.969	7,8%	283.020	258.773	9,4%
Receitas de obras	50.040	64.872	(22,9%)	97.445	127.114	(23,3%)
Receita de reequilíbrio	-	-	-	-	-	-
Outras Receitas	5.700	5.242	8,7%	11.348	10.371	9,4%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(12.828)	(11.735)	9,3%	(25.217)	(22.854)	10,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	186.190	191.348	(2,7%)	366.596	373.404	(1,8%)
CUSTOS E DESPESAS	(98.092)	(112.792)	(13,0%)	(196.340)	(220.917)	(11,1%)
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(34.059)	(34.562)	(1,5%)	(67.553)	(68.501)	(1,4%)
Custo dos serv. de construção	(50.040)	(64.872)	(22,9%)	(97.445)	(127.114)	(23,3%)
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(9.922)	(7.470)	32,8%	(17.803)	(13.892)	28,2%
Provisão para manutenção em rodovias	(7.688)	(6.371)	20,7%	(17.538)	(12.329)	42,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	3.617	483	648,9%	3.999	919	335,1%
EBITDA	88.098	78.556	12,1%	170.256	152.487	11,7%
Margem EBITDA	64,7%	62,1%	2,6 p.p.	63,3%	61,9%	1,3 p.p.
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	(53.987)	(46.116)	17,1%	(103.454)	(91.015)	13,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(15.087)	(17.034)	(11,4%)	(48.194)	(39.641)	21,6%
Receitas financeiras	19.656	13.792	42,5%	37.024	33.205	11,5%
Despesas financeiras	(34.743)	(30.820)	12,7%	(85.218)	(72.840)	17,0%
Variação cambial, líq.	-	(6)	(100,0%)	-	(6)	(100,0%)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	19.024	15.406	23,5%	18.608	21.831	(14,8%)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	-	-
Corrente	-	-	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	19.024	15.406	23,5%	18.608	21.831	(14,8%)

Comentário do Desempenho

ANEXO II – BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ Mil	2T25	1T25	Δ%
ATIVO	2.438.590	2.384.886	2,3%
CIRCULANTE	667.131	616.476	8,2%
Caixa e equivalentes de caixa	316.657	511.651	5,9%
Aplicações Financeiras	274.416	42.011	16,7%
Contas a receber	35.656	36.476	(2,2%)
Despesas antecipadas	1.300	2.524	(48,5%)
Impostos a recuperar	11.015	14.893	(26,0%)
Antecipação de IR e CS sobre lucros	283	283	0,0%
Adiantamentos a Fornecedores	-	5	(100,0%)
Aplicações financeiras vinculadas	26.252	7.199	264,7%
Outros créditos	1.552	1.434	8,2%
NÃO CIRCULANTE	1.771.459	1.768.410	0,2%
Adiantamento a fornecedor	13.785	13.785	0,0%
Despesas antecipadas	4.526	4.637	(2,4%)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	152.136	152.136	0,0%
Depósitos judiciais	17.681	17.692	(0,1%)
Outras contas a receber	1.568	1.614	(2,9%)
Direito de uso (IFRS 16)	21.609	20.658	4,6%
Imobilizado	6.051	6.498	(6,9%)
Intangível	1.554.103	1.551.390	0,2%
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.438.590	2.384.886	2,3%
CIRCULANTE	190.759	178.607	6,8%
Debêntures	75.838	65.770	15,3%
Fornecedores	30.355	25.110	20,9%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	11.550	10.046	15,0%
Obrigações sociais	8.179	10.945	(25,3%)
Obrigações fiscais	9.120	8.591	6,2%
Contar a pagar - partes relacionadas	4.190	3.649	14,8%
Cauções contratuais	17.395	15.816	10,0%
Taxa de fiscalização	1.746	1.746	0,0%
Provisão para manutenção em rodovias	27.918	27.142	2,9%
Outras contas a pagar	4.468	9.792	(54,4%)
NÃO CIRCULANTE	1.352.206	1.329.678	1,7%
Empréstimos e financiamentos - partes relacionadas	131.773	127.630	3,2%
Debêntures	1.072.737	1.056.211	1,6%
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	11.418	11.975	(4,7%)
Obrigações fiscais	8.518	7.786	9,4%
Provisão para manutenção em rodovias	36.399	35.765	1,8%
Provisão para investimentos em rodovias	88.611	87.756	1,0%
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.750	2.555	7,6%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	895.625	876.601	2,2%
Capital social	1.733.585	1.733.585	0,0%
Reserva legal	(856.568)	(856.568)	0,0%
Reserva de lucros	18.608	(416)	(4573,1%)

Notas Explicativas

Autopista Fernão Dias S.A.

Informações contábeis intermediárias referentes
ao período findo em 30 de junho de 2025 e
relatório do auditor independente

Notas Explicativas

AUTOPISTA FERNÃO DIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE JUNHO DE 2025

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Fernão Dias S.A. (“Sociedade” ou “Fernão Dias”) é uma sociedade por ações de capital aberto com registro de categoria “B” na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), situada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rodovia Fernão Dias, BR 381, Km 850,5. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e sua controladora e *holding* é a Arteris S.A.

A Sociedade que tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-381 - SP/MG, compreendendo o trecho entre São Paulo e Belo Horizonte, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Arteris S.A. (“Controladora”) é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury-LLC, e a (iii) *holding* brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Mundys S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios - ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. CONCESSÃO

Teste de recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

A Sociedade testa anualmente seus ativos para *impairment* ou quando há indicação de que seu valor contábil pode não ser recuperável.

Com o aumento dos custos na construção civil, o crescimento econômico do país não vem acompanhando nas mesmas proporções, gerando uma situação de desequilíbrio.

Como consequência, uma vez que a Sociedade segue mantendo seus compromissos de atendimento às obrigações contratuais e de serviços aos usuários, a pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro do complemento da provisão para desvalorização de ativos. Essa provisão no montante de R\$94.150 (efeito não caixa) foi reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 registrada no resultado da Sociedade sob a rubrica “Provisão para Redução ao Valor Recuperável” em contrapartida ao saldo do ativo intangível.

Para o período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade avaliou e concluiu que não houve necessidade de complemento da provisão já reconhecida. A Sociedade realizará novo teste de *impairment* até o encerramento do exercício de 2025, ou caso ocorra algum indicativo de desvalorização de seus ativos.

Termos de Ajustes de Conduta - TAC com ANTT

No dia 27 de dezembro de 2024 foi celebrado Termo de Ajuste de Conduta na Modalidade Multas - TAC Multas entre a Sociedade e ANTT tendo por objetivo a compensação dos efeitos do descumprimento do dever de pagamento de penalidades pecuniárias aplicadas e não transitadas em julgado na esfera administrativa, mediante conversão em obrigação de investimento, nos termos do § 3º do art. 1º da Resolução nº 5.823, de 2018.

O valor de referência do TAC Multas é de R\$275.909, que corresponde ao somatório das multas previstas no âmbito dos processos administrativos, considerados os descontos concedidos. Dentre os investimentos a serem realizados, destaca-se a realização de áreas de escapes em pontos críticos da rodovia, implantação de passarelas, pontos de ônibus, ponto de parada para descanso, e melhorias de acessos e intersecções que irão contribuir na melhora e fluidez do tráfego, além de trazer mais conforto e segurança para os usuários da rodovia. Além disso, estudos apontam que obras dessa natureza melhoram a fluidez do trânsito e consequente melhora no tráfego.

Com base nessas estimativas, a Sociedade realizou o estorno das provisões de riscos regulatórios que compõem o TAC. À medida que as obras forem executadas, será constituído ativo intangível ao qual será amortizado pelo prazo de concessão refletindo melhor a fruição dos benefícios gerados pelas obras do TAC. A extinção do TAC

Notas Explicativas

Multas não exime a Sociedade de executar as obrigações inadimplidas que tenham sido iniciadas até a respectiva data de assinatura.

Repactuação

A Portaria nº 848 de 25 de agosto de 2023 do Ministério dos Transportes estabelece a política pública e os procedimentos relativos à readaptação e otimização dos contratos de concessão, no que se refere à exploração da infraestrutura de transporte rodoviário federal. A Sociedade mantém junto aos órgãos governamentais de modo a viabilizar a otimização do contrato de concessão da Sociedade. Em 5 de dezembro de 2023, a Sociedade protocolou pedido de otimização junto à ANTT, ao qual foi aceito e seguem os trâmites previstos.

Em 30 de junho de 2025, não há nenhum andamento no processo que indique a necessidade de ajustes materiais nas informações contábeis intermediárias.

3. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Base de preparação

As informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de junho de 2025 foram preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais *IAS 34 Interim Financial Reporting* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) e com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - “Demonstração Intermediária”. Incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (última demonstração contábil anual). As informações contábeis intermediárias não incluem todas as informações requeridas para um conjunto completo de demonstrações contábeis preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Contudo, as informações contábeis intermediárias contêm notas explicativas que explicam os eventos e transações significativas, que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e desempenho da Sociedade desde a sua última demonstração contábil anual.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi aprovada pela Diretoria em 13 de agosto de 2025.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas informações contábeis intermediárias, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Os julgamentos significativos realizados pela Sociedade durante a aplicação das políticas contábeis e as informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material são as mesmas das divulgadas na última demonstração contábil anual.

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias, são as mesmas que as aplicadas na última demonstração contábil anual e devem ser lidas em conjunto. Ademais, não houve emissão ou revogações das principais práticas contábeis e normas relacionadas. A Sociedade aplicou as políticas contábeis de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

4.1) Novas normas e interpretações

a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:

- OCPC 10 - Créditos de carbono

A Sociedade, após avaliação do conteúdo das novas normas e interpretações alteradas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, concluiu não ter impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:

- IFRS 18 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 02 - Efeitos das alterações nas taxas de câmbio
- IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública

Notas Explicativas

Com exceção ao IFRS 18 o qual a Administração da Sociedade espera que aplicação tenha impacto na apresentação das demonstrações contábeis, a Administração da Sociedade avaliou os demais e concluiu que estes não trazem impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representados por:

<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>	30.06.2025	31.12.2024
Caixa e contas bancárias	3.803	2.728
Aplicações financeiras (a)	312.854	473.769
Total	316.657	476.497
<u>Aplicações financeiras</u>	30.06.2025	31.12.2024
Fundos de investimentos (b)	274.416	59.966
Total	274.416	59.966

(a) Os recursos aplicados por meio de fundos de investimentos CDB e LFT possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente, na média de 101,12% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,65% a.a. em 31 de dezembro de 2024). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade.

(b) As aplicações financeiras em fundos de investimentos correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-Over, LFT-Over e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. CONTAS A RECEBER E OUTRAS CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	30.06.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber	32.851	-	28.867	-
Cupons de pedágio a receber (a)	-	-	331	-
Cartões de pedágio a receber (b)	117	-	129	-
Receitas acessórias a receber (c)	3.651	1.568	2.834	1.223
Outras receitas a receber	1	-	1	-
Provisão para perdas esperadas (d)	(964)	-	(845)	-
Total	35.656	1.568	31.317	1.223

(a) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cupons vale-pedágio. A partir de fevereiro de 2025, os cupons físicos de vale-pedágio foram descontinuados. O vale-pedágio que os transportadores têm direito por lei, passaram a ser disponibilizados por meio de Tags, de modo a permitir a passagem pelas vias automáticas.

(b) Valores a receber sobre receitas de pedágio referente a passagens pagas por meio de cartões de débito.

(c) Valores a receber sobre receitas acessórias referente ao uso da faixa de domínio, sendo os de maior relevância, para passagem de fibra óptica, cabos de energia e regularização de acessos e receitas acessórias judicializados.

(d) Refere-se a perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa com contratos de permissão de uso da faixa de domínio, quais estão em processo de cobrança junto ao cliente.

Cronograma de recebimento:

	30.06.2025		31.12.2024	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos a vencer	33.492	1.568	29.664	1.223
Créditos vencidos até 60 dias	909	-	230	-
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	203	-	601	-
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	1.052	-	822	-
Créditos vencidos há mais de 181 dias	964	-	845	-
Total	36.620	1.568	32.162	1.223

A Sociedade avalia o risco de inadimplência do contas a receber com base em: (i) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (ii) situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (iii) analisa individualmente item (i) e (ii) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda.

O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio da concessionária.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social

Notas Explicativas

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	19.024	18.608	15.406	21.831
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(6.468)	(6.327)	(5.238)	(7.423)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	1.521	1.424	(10)	249
IR e CS não constituído sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias (*)	4.947	4.903	5.248	7.174
Total	-	-	-	-
<u>Despesas de imposto de renda e contribuição social:</u>				
Correntes	-	-	-	-
Diferido	-	-	-	-
	-	-	-	-
Alíquota efetiva de impostos	0%	0%	0%	0%

(*) Composição das bases de cálculo dos impostos demonstrada na tabela item 7.b)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.06.2025	31.12.2024
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	552.246	544.899
Provisão de participação nos lucros	1.436	3.201
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	2.750	4.062
Outras provisões	1.181	1.267
Provisão para manutenção de rodovias	64.317	65.460
Amortização acumulada de obras futuras	43.890	41.285
Arrendamentos	1.359	1.525
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	356.597	379.854
Provisão para perdas esperadas	964	845
Estorno de capitalização de juros	587	587
Amortização estorno de capitalização de juros	(340)	(323)
Base de cálculo diferenças temporárias	1.024.987	1.042.662
Alíquota nominal	34%	34%
Total	348.496	354.505
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	7.983	6.843
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(76.678)	(76.678)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	44.319	42.207
Base de cálculo diferenças temporárias	(24.376)	(27.628)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(8.288)	(9.394)
Total do imposto de renda e contribuição social	340.208	345.111
Impostos diferidos não constituídos	188.072	192.975
Total do imposto de renda e contribuição social constituído	152.136	152.136

(a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros. A sua realização está atrelada a maturidade e plano de negócio da concessão (UGC), que prevê um ciclo longo para a realização do prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social, uma vez que a sua realização é previsível até o final da concessão. Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são: da quantidade de tráfego, aos índices que reajustam o preço da tarifa, ao crescimento do Produto Interno Bruto PIB, custos operacionais, inflação, período projetivo da concessão, investimento de capital e taxa de crescimento do lucro antes dos impostos (*Earnings before Taxes* - EBT).

(b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.

Notas Explicativas

(c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

Movimentos de resultados representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo fiscal e base negativa	(5.633)	7.347	865	18.050
Provisão de participação nos lucros	(2.568)	(1.765)	(2.266)	(1.697)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	196	(1.312)	(1.108)	(804)
Outras provisões	346	(85)	(998)	(2.991)
Provisão para manutenção de rodovias	1.410	(1.143)	(6.695)	(18.508)
Amortização acumulada de obras futuras	1.360	2.605	1.244	2.666
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	855	1.140	1.253	(2.538)
Arrendamentos	(4)	(166)	(4)	(3)
Ajuste ao valor recuperável de intangível - <i>Impairment</i>	(11.628)	(23.257)	(8.746)	(17.492)
Provisão para perdas esperadas	68	119	(26)	126
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	1.056	2.112	1.054	2.108
Amortização estorno de capitalização de juros	(9)	(17)	(8)	(16)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	(14.551)	(14.422)	(15.435)	(21.099)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	(4.947)	(4.903)	(5.248)	(7.174)
Composição dos impostos:				
Impostos diferidos não constituídos (*)	(4.947)	(4.903)	(5.248)	(7.174)
Impostos de renda e contribuição social constituídos	-	-	-	-
	(4.947)	(4.903)	(5.248)	(7.174)

(*) Impostos diferidos não constituídos em razão de evidências de não recuperabilidade mediante o teste de *impairment* realizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros que permitam a realização do ativo fiscal diferido até o limite de sua recuperabilidade.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

<u>Impostos diferidos</u>	<u>Ativo não circulante</u>
2025	11.471
2026	9.870
2027	13.627
2028	18.287
Após 2028	98.881
	152.136

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a debêntures. A seguir breve descrição dessas obrigações:

Debêntures

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio, até que a retenção no período entre os 15 dias de cada mês seja equivalente a 1/6 da próxima parcela vincenda de juros remuneratórios e amortização. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida (amortização do principal mais pagamentos de juros) e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de debêntures.

Em 30 de junho de 2025, o saldo é de R\$26.252 (R\$32.515 em 31 de dezembro de 2024), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira, e essas aplicações foram remuneradas em média a 101,85% a.a. (104,24% a.a. em 31 de dezembro de 2024) da variação do CDI.

Notas Explicativas

9. DIREITO DE USO

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe de cada ativo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2024	21.273	3.777	2.497	31.911	107	394	59.959
Remensurações	613	-	-	6.424	45	-	7.082
Adições	-	12.931	-	-	-	-	12.931
Baixas	-	(3.778)	-	-	-	-	(3.778)
Saldo em 30.06.2025	21.886	12.930	2.497	38.335	152	394	76.194
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2024	(17.155)	(3.558)	(1.921)	(24.488)	(88)	(327)	(47.537)
Amortização	(2.580)	(934)	(154)	(6.993)	(24)	(34)	(10.719)
Baixas	-	3.671	-	-	-	-	3.671
Saldo em 30.06.2025	(19.735)	(821)	(2.075)	(31.481)	(112)	(361)	(54.585)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2024	4.118	219	576	7.423	19	67	12.422
Saldo em 30.06.2025	2.151	12.109	422	6.854	40	33	21.609
Taxas de amortização - a.a.	20%	16%	14%	33%	34%	23%	

Notas Explicativas

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Total
Custo direito de uso							
Saldo em 31.12.2023	21.273	3.550	1.348	30.627	62	394	57.254
Remensurações	-	-	216	141	12	-	369
Adições	-	-	-	3.478	-	-	3.478
Baixas	-	-	-	(3.887)	-	-	(3.887)
Saldo em 30.06.2024	21.273	3.550	1.564	30.359	74	394	57.214
Amortização acumulada							
Saldo em 31.12.2023	(12.663)	(2.318)	(1.185)	(15.736)	(51)	(260)	(32.213)
Amortização	(2.246)	(616)	(195)	(6.436)	(16)	(33)	(9.542)
Baixas	-	-	-	3.887	-	-	3.887
Saldo em 30.06.2024	(14.909)	(2.934)	(1.380)	(18.285)	(67)	(293)	(37.868)
Direito de uso líquido							
Saldo em 31.12.2023	8.610	1.232	163	14.891	11	134	25.041
Saldo em 30.06.2024	6.364	616	184	12.074	7	101	19.346
Taxas de amortização - a.a.	21%	35%	25%	38%	43%	17%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a locação de veículos administrativos.
- (d) Refere-se a locação de veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais relacionadas a conservação de rodovias.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas e terrenos.

Notas Explicativas

10. IMOBILIZADO EM OPERAÇÃO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2024	2.938	6.802	3.651	5.139	18.530
Adições	15	-	-	-	15
Alienações/baixas	-	(7)	(31)	(49)	(87)
Saldo em 30.06.2025	2.953	6.795	3.620	5.090	18.458
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2024	(2.106)	(4.233)	(2.059)	(3.183)	(11.581)
Depreciação	(34)	(444)	(132)	(283)	(893)
Alienações/baixas	-	4	30	33	67
Saldo em 30.06.2025	(2.140)	(4.673)	(2.161)	(3.433)	(12.407)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2024	832	2.569	1.592	1.956	6.949
Saldo em 30.06.2025	813	2.122	1.459	1.657	6.051
Taxas de depreciação - a.a.	10%	16%	11%	9%	

Notas Explicativas

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>					
Saldo em 31.12.2023	2.907	6.536	3.651	5.083	18.177
Transferências/reclassificações (*)	4	162	-	2	168
Alienações/baixas	-	(15)	-	-	(15)
Saldo em 30.06.2024	2.911	6.683	3.651	5.085	18.330
<u>Depreciação acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2023	(2.042)	(3.296)	(1.794)	(2.602)	(9.734)
Depreciação	(32)	(504)	(133)	(292)	(961)
Transferências/reclassificações	-	(1)	-	-	(1)
Alienações/baixas	-	15	-	-	15
Saldo em 30.06.2024	(2.074)	(3.786)	(1.927)	(2.894)	(10.681)
<u>Imobilizado líquido</u>					
Saldo em 31.12.2023	865	3.240	1.857	2.481	8.443
Saldo em 30.06.2024	837	2.897	1.724	2.191	7.649
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para imobilizado.

Notas Explicativas

11. INTANGÍVEL E INFRAESTRUTURA EM CONSTRUÇÃO

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (Impairment)	Software	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2024	3.146.286	(448.005)	11.793	2.710.074	193.887	2.903.961
Adições	79.560	-	853	80.413	23.202	103.615
Transferências/reclassificações (d)	160.196	-	-	160.196	(160.196)	-
Alienações/baixas	(129)	-	-	(129)	-	(129)
Saldo em 30.06.2025	3.385.913	(448.005)	12.646	2.950.554	56.893	3.007.447
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2024	(1.422.348)	68.151	(7.382)	(1.361.579)	-	(1.361.579)
Amortização	(114.176)	-	(923)	(115.099)	-	(115.099)
Alienações/baixas	77	-	-	77	-	77
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	23.257	-	23.257	-	23.257
Saldo em 30.06.2025	(1.536.447)	91.408	(8.305)	(1.453.344)	-	(1.453.344)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2024	1.723.938	(379.854)	4.411	1.348.495	193.887	1.542.382
Saldo em 30.06.2025	1.849.466	(356.597)	4.341	1.497.210	56.893	1.554.103
Taxas de amortização - a.a. (f)	6%	6%	10%			

Notas Explicativas

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Redução ao valor recuperável (b) (<i>Impairment</i>)	<i>Software</i>	Total do Intangível	Infraestrutura em construção (c)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2023	2.604.459	-	9.888	2.614.347	132.545	2.746.892
Adições	86.591	-	951	87.542	40.658	128.200
Transferências/reclassificações (d)	16.871	-	-	16.871	(17.039)	(168)
Alienações/baixas	(140)	-	-	(140)	-	(140)
Saldo em 30.06.2024	2.707.781	-	10.839	2.718.620	156.164	2.874.784
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2023	(1.187.209)	-	(5.546)	(1.192.755)	-	(1.192.755)
Amortização	(97.097)	-	(907)	(98.004)	-	(98.004)
Transferências/reclassificações	1	-	-	1	-	1
Alienações/baixas	70	-	-	70	-	70
Amortização da redução ao valor recuperável (e)	-	17.492	-	17.492	-	17.492
Saldo em 30.06.2024	(1.284.235)	17.492	(6.453)	(1.273.196)	-	(1.273.196)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2023	1.417.250	-	4.342	1.421.592	132.545	1.554.137
Saldo em 30.06.2024	1.423.546	17.492	4.386	1.445.424	156.164	1.601.588
Taxas de amortização - a.a. (f)	6%	6%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se a provisão para desvalorização de ativos (*impairment*)
- (c) Infraestrutura em construção, refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, conforme previstos no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Sociedade é divulgar em conjunto com os demais ativos intangível. Sendo como principal natureza a execução de marginais, acostamentos, obras de arte especiais, terraplenagem, sinalização e outros.
- (d) Saldo referente a reclassificação de intangível para imobilizado.
- (e) Amortização da provisão para desvalorização de ativos (*impairment*), linearmente até o prazo de concessão.
- (f) Amortizado linearmente até o prazo da concessão, o qual não excede a vida útil dos bens individualizados.

Notas Explicativas

No período findo em 30 de junho de 2025, a Sociedade complementou o montante de R\$1.656 (R\$6.304 em 30 de junho de 2024) o valor justo das infraestruturas em construção tomando como base os custos de debêntures atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação ao principal das dívidas, em 2025 foi de 0,28% a.a. e em 2024 foi de 1,09% a.a., do total de juros provisionados no período.

Teste de recuperabilidade de Ativos (*Impairment*)

A Sociedade efetuou teste de *impairment* durante o ano de 2024, de acordo com os requisitos do CPC 01.

Para isto, a Administração preparou projeções considerando o método do fluxo de caixa descontado, classificadas como UGCs em operação em 31 de dezembro de 2024 e concluiu pela necessidade de constituição de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis.

A pressão sobre os fluxos de caixa futuros indicou a necessidade de registro de um complemento da provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$94.150, em 31 de dezembro de 2024.

Para fins de 30 de junho de 2025, a Administração da Sociedade avaliou se havia alguma indicação de que os ativos pudessem ter sofrido desvalorização e, concluiu que não há nenhum fator que indicasse que há necessidade de preparação de um novo teste no período.

12. DEBÊNTURES

A composição das debêntures, negociadas em moeda funcional da Sociedade - Real (R\$), é como segue:

Série	Quantidade	Taxa contratual	Vencimento	30.06.2025	31.12.2024
9ª emissão - Série única	1.000.000	IPCA+6,39% a.a.	set-31	1.166.572	1.130.957
				1.166.572	1.130.957
			Custo de transação	(17.997)	(19.433)
			Total	1.148.575	1.111.524
			Circulante	75.838	17.202
			Não circulante	1.072.737	1.094.322
			Total	1.148.575	1.111.524

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda nacional	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	20.098	1.110.859	1.130.957	18.623	1.058.585	1.077.208
Juros e variações monetárias provisionados	35.043	35.545	70.588	33.834	30.889	64.723
Pagamento de juros	(34.973)	-	(34.973)	(33.018)	-	(33.018)
Transferências	58.566	(58.566)	-	-	-	-
	78.734	1.087.838	1.166.572	19.439	1.089.474	1.108.913
Custo de transação	(2.896)	(15.101)	(17.997)	(2.896)	(17.997)	(20.893)
Saldo final	75.838	1.072.737	1.148.575	16.543	1.071.477	1.088.020

As debêntures não conversíveis em ações foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Série	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
9ª emissão - Série única	14.09.2022	1.000.000	1.000	15.09.2022	1.000.000
		1.000.000			1.000.000

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer brutas do custo de transação apresentadas no passivo não circulante das emissões possuem os seguintes vencimentos:

Notas Explicativas

Ano de vencimento

2026	130.468
2027	145.578
2028	177.854
2029	191.762
Após 2029	442.176
	<u>1.087.838</u>

Cláusula Financeira (Covenant Financeiro) - 9ª emissão de debêntures

Em conformidade com as escrituras de emissão de debêntures, a Emissora compromete-se a manter, durante toda a vigência da emissão e enquanto houver valores devidos em virtude das debêntures, o cumprimento dos seguintes índices financeiros, apurados ao final de cada trimestre civil com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas da sociedade:

(a) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) - Índice de Distribuição

O ICSD é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades.

A Emissora deve manter ICSD igual ou superior a 1,20, calculado trimestralmente, considerando também o ICSD Pro Forma após a realização de operações com controladoras, conforme definido na escritura.

Fórmula para o ICSD:

$$ICSD = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Fórmula para o ICSD Pro Forma:

$$ICSD_{\text{Pro Forma}} = \frac{EBITDA \text{ Ajustado} - \text{Impostos Pagos} - \text{CAPEX} - \text{Distribuições aos Acionistas}}{\text{Serviço das Dívidas}}$$

Onde:

- (i) EBITDA Ajustado: lucro (prejuízo) líquido antes de IR e CSLL, adicionando (i.a) despesas não operacionais; (i.b) despesas financeiras; (i.c) provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa - método indireto); e (i.d) provisões de manutenção sem efeito caixa; e excluindo (i.e) receitas não operacionais; e (i.f) receitas financeiras, relativos aos últimos 12 meses.
- (ii) Impostos Pagos: somatório do Imposto de Renda e da Contribuição Social pagos nos últimos 12 meses.
- (iii) CAPEX: montante investido em obras e equipamentos operacionais nos últimos 12 meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras.
- (iv) Serviço das Dívidas: soma das amortizações de principal e pagamento de juros de dívidas, empréstimos, financiamentos, debêntures e outros instrumentos de dívida dos últimos 12 meses.

Distribuições aos Acionistas (para o ICSD Pro Forma): dividendos, juros sobre capital próprio, reduções de capital, repagamentos de mútuos e demais remunerações aos acionistas pagos nos últimos 12 meses.

(b) Índice Patrimônio Líquido sobre Ativo Total (Relação PL/Ativo Total) - Índice de Distribuição e Manutenção

O PL/Ativo Total é utilizado como requisito para que a Emissora possa realizar operações financeiras com suas controladoras, bem como efetuar distribuições a acionistas sob a forma de dividendos, juros sobre capital próprio ou outras modalidades. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

A Emissora deve manter PL/Ativo Total igual ou superior a 20%, apurado trimestralmente com base nas demonstrações financeiras revisadas ou auditadas, conforme a seguinte fórmula:

$$PL/Ativo \text{ Total} = \frac{\text{Patrimônio Líquido}}{\text{Ativo Total}} \geq 20\%$$

Notas Explicativas

(c) Índice de Alavancagem (Relação Dívida Líquida/EBITDA Ajustado) - Índice de Manutenção

Este índice representa a razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado, devendo ser observado pela Emissora em caráter contínuo durante toda a vigência da emissão. A não observância desse índice, ainda que temporária, caracteriza inadimplemento contratual, podendo acarretar vencimento antecipado das debêntures, conforme previsto na escritura.

Para fins contratuais:

- considera-se como “Dívida Líquida”, a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as debêntures, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, menos as disponibilidades. Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora considerar-se-ão como dívida; e
- considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; (iii) despesas com provisão para desvalorização de ativos, amortizações e depreciações (sendo as amortizações e depreciações apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e (iv) provisão de manutenção que não tenha efeito caixa; e excluindo-se (1) receitas não operacionais; e (2) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

Os limites máximos permitidos para este índice são:

- 2022 a 2023: $\leq 4,50$
- 2024: $\leq 4,00$
- 2025: $\leq 3,50$
- 2026: $\leq 3,00$
- 2027: $\leq 2,50$
- 2028 a 2029: $\leq 2,00$
- 2030 a 2031: $\leq 1,00$

A Sociedade cumpriu todos os índices dos *covenants* de suas debêntures na data de 30 de junho de 2025.

A Sociedade estima que irá cumprir os *covenants* que serão apresentados trimestralmente nos próximos doze meses, dessa forma os saldos de curto e longo prazo das suas dívidas representam a melhor estimativa de desembolso com base nos vencimentos previstos em seus contratos para os próximos doze meses.

13. FORNECEDORES, ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de junho de 2025 o saldo no passivo circulante de R\$30.355 (R\$32.560 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação. O saldo de R\$17.395 (R\$15.202 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenções que pode variar de 3% a 10% sobre o valor dos serviços prestados de acordo com o negociado com o prestador em cada contrato. Esses saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

O saldo de R\$13.785 (R\$13.785 em 31 de dezembro de 2024) refere-se a adiantamentos a fornecedor classificado no ativo não circulante como parte do contrato das obras de terceira faixa da Rodovia BR381/SP com a Azevedo & Travassos Infraestrutura Ltda.. Embora os adiantamentos tenham sido realizados para aplicação em obras, devido a rescisão dos contratos, o adiantamento foi classificado como contas a receber uma vez que esse valor não se converterá em serviços prestados. Os referidos valores estão suportados por apólices de seguro garantia contratual e a Sociedade já acionou as garantias para reaver o adiantamento.

Notas Explicativas

14. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro a seguir:

	30.06.2025			30.06.2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	13.430	517	13.947	17.083	10.071	27.154
Remensurações	6.510	572	7.082	369	-	369
Adições	1.278	11.653	12.931	1.751	1.727	3.478
Utilizações (*)	(12.468)	-	(12.468)	(10.923)	-	(10.923)
Ajuste a valor presente - AVP	1.476	-	1.476	1.378	-	1.378
Transferências	1.324	(1.324)	-	8.120	(8.120)	-
	11.550	11.418	22.968	17.778	3.678	21.456

(*) Das utilizações, os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$10.381 (R\$9.131 em 30 de junho de 2024).

Em 30 de junho de 2025, o valor presente das parcelas a vencer no passivo não circulante relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento

2026	1.916
2027	1.840
2028	2.115
2029	2.451
Após 2029	3.096
	11.418

O potencial PIS/Cofins (9,25%) embutidos na contraprestação dos arrendamentos no período findo em 30 de junho de 2025 são respectivamente R\$206 e R\$948 para PIS e Cofins (R\$180 e R\$830, respectivamente, em 30 de junho de 2024).

A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente e, para o período findo em 30 de junho de 2025 a taxa média é de 13,87% a.a. (9,82% a.a. em 30 de junho de 2024). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade, levando em consideração o prazo de cada contrato de arrendamento.

Para os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos são conforme demonstradas abaixo:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Veículos operacionais	-	48	-	48
Imóveis	-	23	-	17
Outros	-	23	-	79
	-	94	-	144

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro.

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2025 e 2024, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Fluminense S.A. (a)	-	1
Contas a receber de partes relacionadas circulante	-	1
Total parte relacionada no ativo circulante	-	1
<u>Passivo circulante</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (a)	4.190	6.599
Total do passivo circulante	4.190	6.599
<u>Passivo não circulante</u>	<u>30.06.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A.- controladora (b)	131.773	124.000
Total do passivo não circulante	131.773	124.000

	<u>30.06.2025</u>		<u>30.06.2024</u>	
<u>Passivos Circulante e Não Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldo inicial	124.000	124.000	111.985	111.985
Juros provisionados	9.144	9.144	6.766	6.766
IR recuperar	(1.371)	(1.371)	(1.015)	(1.015)
Saldo final	131.773	131.773	117.736	117.736

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>30.06.2025</u>		<u>30.06.2024</u>	
<u>Despesas financeiras (b)</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(4.874)	(9.144)	(3.379)	(6.766)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
ViaPaulista S.A.	(17)	-	-	-
Total	(4.891)	(9.144)	(3.379)	(6.766)

<u>Contas de Resultado:</u>	<u>30.06.2025</u>		<u>30.06.2024</u>	
<u>Despesas gerais (a)</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>	<u>Trimestre</u>	<u>Período</u>
<u>Controladora</u>				
Arteris S.A.	(869)	(4.751)	(3.678)	(6.676)
<u>Outras partes relacionadas</u>				
Fluminense S.A.	-	-	(186)	(118)
Total	(869)	(4.751)	(3.864)	(6.794)

(a) A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *holding*, com base na receita de suas controladas, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arcuem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. Os valores no subitem “Outras partes relacionadas” estão relacionados a reembolsos de custos e despesas administrativas entre as controladas.

(b) Decorrentes da 5ª e 8ª emissões de debêntures privadas série única e não conversíveis em ações, celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido do *spread* respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2028.

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.06.2025		31.12.2024	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.05.2019	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	76.007	45.553	76.007	38.369
05.09.2022	31.12.2028	CDI + 1,00% a.a.	7.500	2.713	7.500	2.123
			83.507	48.266	83.507	40.492
			131.773		124.000	

No decorrer do período findo de 30 de junho de 2025, a Sociedade reconheceu o montante de R\$2.883 (R\$1.930 em 30 de junho de 2024), a título de remuneração de seus administradores incluindo os encargos, dos quais R\$732 (R\$297 em 30 de junho de 2024) relativos à diretoria da Sociedade e R\$2.151 (R\$1.633 em 30 de junho de 2024) relativos ao rateio da diretoria da controladora Arteris. Os administradores estão sujeitos a remuneração por participação nos resultados de acordo com suas métricas, bem como a um programa de remuneração variável (Incentivo de Longo Prazo - ILP). Neste plano, o executivo é remunerado a partir de sua permanência mínima de três anos na organização, estando também sujeito ao atingimento de metas definidas previamente.

Os administradores não obtiveram empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual em até R\$1.522 sem encargos para o exercício de 2025 (R\$814 para o exercício de 2024).

Em relação as transações com partes relacionadas, elas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o período/exercício correntes as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.436 e R\$3.201.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, *EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization)* do Grupo Arteris e da Sociedade, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

17. PROVISÕES

(a) Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, regulatórios e fiscais durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

Notas Explicativas

	31.12.2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2025
Cíveis	1.341	6.224	(3.593)	(2.862)	43	1.153
Trabalhistas	895	2.256	(1.148)	(641)	-	1.362
Regulatório	1.723	1.571	(1.566)	(1.571)	-	157
Fiscal	103	-	-	(33)	8	78
Total	4.062	10.051	(6.307)	(5.107)	51	2.750

	31.12.2023	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	30.06.2024
Cíveis	2.069	2.769	(1.101)	(2.161)	39	1.615
Trabalhistas	2.445	1.735	(886)	(1.175)	-	2.119
Regulatório	3.509	-	-	-	-	3.509
Fiscal	152	-	-	(30)	6	128
Total	8.175	4.504	(1.987)	(3.366)	45	7.371

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes.

Em razão da assinatura do TAC em 27 de dezembro de 2024, conforme mencionado na nota explicativa nº 2, a Sociedade deduziu o montante de R\$3.509, referente aos processos regulatórios administrativos prováveis que foram objetos da negociação do TAC Multas.

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	30.06.2025	31.12.2024
Cíveis	18.159	12.496
Trabalhistas	2.174	2.593
Ambiental	469	454
Regulatório	15.338	14.072
Total	36.140	29.615

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista, etc.

Os depósitos judiciais no montante de R\$17.681 em 30 de junho de 2025 (R\$17.694 em 31 de dezembro de 2024) classificados no ativo não circulante referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Este saldo é composto em sua maioria por desapropriações e autos de infração impostos pela ANTT.

(b) Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 7,21% a.a. em 30 de junho de 2025 (7,61% a.a. em 31 de dezembro de 2024), considerando os valores da próxima intervenção que, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 4 anos.

(c) Provisão para investimentos

A provisão para investimentos é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados de gastos na construção e melhorias de rodovias até o final da concessão, descontado a valor presente pela taxa de desconto de 6,40% a.a. em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024 é conforme segue:

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2024	77.946	31.040	5.864	34.420	83.810	65.460
Adições/Reversões	-	5.158	3.661	12.380	3.661	17.538
Utilizações	-	(20.998)	-	-	-	(20.998)
Ajuste a valor presente	-	1.032	1.140	1.285	1.140	2.317
Transferências	(77.946)	11.686	77.946	(11.686)	-	-
Saldo em 30.06.2025	-	27.918	88.611	36.399	88.611	64.317

Notas Explicativas

	Circulante		Não circulante		Total	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2023	90.124	49.065	-	39.899	90.124	88.964
Adições/Reversões	-	3.674	(6.333)	8.655	(6.333)	12.329
Utilizações	(3)	(33.025)	-	-	(3)	(33.025)
Ajuste a valor presente	376	1.163	(2.914)	1.025	(2.538)	2.188
Transferências	(51.866)	14.663	51.866	(14.663)	-	-
Saldo em 30.06.2024	38.631	35.540	42.619	34.916	81.250	70.456

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de junho de 2025 referente às manutenções realizadas foram de R\$19.287 (R\$33.122 em 30 de junho de 2024).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.733.585, composto por 2.962.381.424 ações ordinárias e sem valor nominal.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado a reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade.

Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

19. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos períodos é como segue:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	143.278	283.020	132.969	258.773
Receita de serviços de construção	50.040	97.445	64.872	127.114
Outras receitas	5.700	11.348	5.242	10.371
Receita bruta	199.018	391.813	203.083	396.258
ISSQN	(7.164)	(14.151)	(6.649)	(12.939)
PIS	(967)	(1.911)	(898)	(1.749)
COFINS	(4.462)	(8.821)	(4.145)	(8.071)
Outras deduções	(235)	(334)	(43)	(95)
Receita líquida	186.190	366.596	191.348	373.404

Notas Explicativas

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(10.342)	(20.582)	(10.232)	(19.818)
Serviços de terceiros	(6.620)	(13.299)	(8.348)	(16.393)
Conservação	(5.436)	(10.366)	(4.741)	(9.326)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(861)	(1.674)	(837)	(1.677)
Consumo	(1.366)	(2.704)	(1.401)	(2.965)
Transportes	(2.177)	(4.425)	(2.098)	(4.257)
Verba de fiscalização	(5.236)	(10.473)	(4.994)	(9.987)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	-	(32)	(103)	(238)
Seguros / Garantias	(1.369)	(2.758)	(1.553)	(3.108)
Provisão de manutenção em rodovias	(7.688)	(17.538)	(6.371)	(12.329)
Custos de serviços da construção	(50.040)	(97.445)	(64.872)	(127.114)
Depreciação / Amortização	(53.478)	(102.436)	(45.670)	(90.130)
Outros	(652)	(1.240)	(255)	(732)
Total	(145.265)	(284.972)	(151.475)	(298.074)

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas gerais e administrativas:				
Com pessoal	(5.638)	(10.086)	(4.229)	(7.371)
Serviços de terceiros	(603)	(1.245)	(616)	(1.358)
Manutenção de bens e conservação	(583)	(1.137)	(571)	(936)
Consumo	(209)	(426)	(455)	(733)
Transportes	23	(33)	(34)	(37)
Seguros/Garantias	(12)	(16)	(8)	(10)
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(2.375)	(3.744)	(1.110)	(2.517)
Comunicação e <i>marketing</i>	(54)	(89)	(62)	(115)
Indenizações à terceiros	(15)	(20)	(5)	(21)
Publicações legais	(108)	(110)	(108)	(121)
Depreciação / Amortização	(509)	(1.018)	(446)	(885)
Provisão para perdas esperadas	(68)	(119)	26	(392)
Outros	(280)	(778)	(298)	(281)
Total	(10.431)	(18.821)	(7.916)	(14.777)

21. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	19.339	36.402	13.469	27.897
Encargos financeiros – reversão de ajuste a valor presente	-	-	-	4.571
Atualização de créditos fiscais	268	572	323	691
Outras receitas	49	50	-	46
Total	19.656	37.024	13.792	33.205

Notas Explicativas

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros (*)	(30.745)	(78.076)	(26.758)	(65.185)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(2.839)	(4.933)	(2.959)	(5.599)
Outras despesas	(1.159)	(2.209)	(1.103)	(2.056)
Total	(34.743)	(85.218)	(30.820)	(72.840)

(*) Do total dos juros de debêntures incorridos em 30 de junho de 2025 no valor de R\$79.732 o montante de R\$1.656 foi reconhecido como adição de infraestrutura em construção na demonstração de fluxo de caixa de investimento (R\$71.489 e R\$6.304 em 30 de junho de 2024).

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalente de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.06.2025	30.06.2024
Total das adições de intangível e infraestrutura em construção (a)	103.615	128.200
Juros capitalizados - debêntures (a)	(1.656)	(6.304)
	101.959	121.896
Aquisição (adições)	(101.974)	(121.896)
Fornecedores	(2.903)	(12.889)
Obrigações fiscais	(543)	383
Contas a pagar - partes relacionadas	(1.557)	347
Cauções contratuais	1.734	1.014
Provisão para investimentos em rodovias	3.661	(6.336)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e infraestrutura em construção	(101.582)	(139.377)
Fluxo de Caixa Intangível	(101.567)	(139.377)
Total dos Fluxos de Caixa de Imobilizado e Intangível	(101.567)	(139.377)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível e infraestrutura em construção	392	(17.481)

a) Vide notas explicativas nº 11 e nº 21.

23. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o lucro e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	30.06.2025		30.06.2024	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Lucro líquido do período	19.024	18.608	15.406	21.831
Número de ações durante período	2.962.381	2.962.381	2.962.381	2.962.381
Lucro por ação	0,0064	0,0063	0,0052	0,0074

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não existir durante os períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Nível	Mensuração (*)	30.06.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	N/A	2	316.657	316.657	476.497	476.497
Aplicação financeira	N/A	2	274.416	274.416	59.966	59.966
Contas a receber clientes	N/A	2	35.656	35.656	31.317	31.317
Contas a receber - partes relacionadas	N/A	2	-	-	1	1
Adiantamento de fornecedores	N/A	2	13.785	13.785	13.789	13.789
Aplicações financeiras vinculadas	N/A	2	26.252	26.252	32.515	32.515
Outros créditos	N/A	2	3.120	3.120	2.577	2.577
			669.886	669.886	616.662	616.662
	Nível	Mensuração (*)	30.06.2025		31.12.2024	
			Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Passivo						
Empréstimos partes relacionadas	N/A	2	131.773	131.773	124.000	124.000
Contas a pagar - partes relacionadas	N/A	2	4.190	4.190	6.599	6.599
Debêntures (a)	N/A	2	1.166.572	1.140.575	1.130.957	966.548
Fornecedores e cauções contratuais	N/A	2	47.750	47.750	47.762	47.762
Taxa de fiscalização	N/A	2	1.746	1.746	1.698	1.698
Outras contas a pagar	N/A	2	4.468	4.468	6.467	6.467
			1.356.499	1.330.502	1.317.483	1.153.074

(a) Vide nota 12.

(*) Mensuração: 1) Mensurados a valor justo por meio de resultado 2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo

O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Técnicas de mensuração do valor justo:

A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas pós-fixadas tais como TJLP e CDI aproximam-se dos seus valores justos uma vez que esses instrumentos estão sujeitos a taxas variáveis.

Já as debêntures tiveram seus valores justos calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas, acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

25. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, IPCA e do CDI, relativos a mútuos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em 30 de junho de 2025, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de mútuos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto das debêntures a pagar sujeitas a taxas variáveis).

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	12,40%	15,50%	18,60%
Receita de aplicações financeiras	3.144	3.931	4.717
Juros a incorrer - Mútuos e Debêntures privadas (*)	(17.821)	(21.947)	(26.073)
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(14.677)	(18.016)	(21.356)
IPCA	4,50%	5,63%	6,75%
Juros a incorrer - Debêntures	(128.327)	(142.074)	(155.820)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(128.327)	(142.074)	(155.820)
Juros a incorrer líquido	(143.004)	(160.090)	(177.176)

Fonte dos índices dos cenários apresentados: IPCA e CDI relatório Focus de 27 de junho de 2025, disponibilizados no website do Banco Central do Brasil - BACEN. TJLP consulta de séries, disponibilizado no website do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Sociedade incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Sociedade.

A exposição da Sociedade ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágio se dão de forma bem distribuída durante todo o período/exercício, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças. Para os casos das receitas acessórias a Sociedade interrompe a prestação de serviços em casos de inadimplementos.

Em 30 de junho de 2025, a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$32.851 (R\$28.867 em 31 de dezembro de 2024) com as empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

c) Risco de liquidez e gestão de capital

Risco de liquidez é o risco de que a Sociedade irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Sociedade na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Sociedade.

Notas Explicativas

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de financiamentos e debêntures é monitorada para garantir que o contrato esteja sendo cumprido.

A Administração antecipa que quaisquer obrigações requeridas de pagamentos adicionais serão cumpridas com fluxos de caixa operacionais ou captações alternativas de recursos.

A tabela a seguir apresenta o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (a)	Fluxos de caixa contratuais						
		Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 4 anos	5 anos ou mais
Arrendamento mercantil a pagar	13,87%	22.968	23.992	4.168	13.163	2.609	4.052	-
Partes relacionadas	17,26%	131.773	131.773	-	-	-	131.773	-
Debêntures - IPCA (b)	11,67%	1.166.572	1.483.579	69.898	121.979	179.425	443.039	669.238
Fornecedores e cauções contratuais	-	47.750	47.750	30.355	17.395	-	-	-
Fornecedores partes relacionadas	-	4.190	4.190	4.190	-	-	-	-
Outras contas a pagar	-	4.468	4.468	4.468	-	-	-	-
		1.377.721	1.695.752	113.079	152.537	182.034	578.864	669.238

(a) Média ponderada efetiva % a.a.

(b) Valor bruto dos custos de transação.

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

27. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários.

Em 30 de junho de 2025, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	244.876

(*) Por sinistro

Notas Explicativas

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de junho de 2025 é de R\$68.299 (R\$52.287 em 31 de dezembro de 2024).

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. John Dalton, 301 - 1º andar - Techno Plaza Corporate
Edifício 2 - Bloco B
13069-330 - Campinas - SP - Brasil
Tel.: + 55 (19) 3707-3000
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS Aos Administradores e Acionistas da Autopista Fernão Dias S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Fernão Dias S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa DVA não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes

Os valores correspondentes do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 26 de fevereiro de 2025. Os valores correspondentes às demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2024 e das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2024, apresentados para fins de comparação, foram revisadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 8 de agosto de 2024, sem modificações.

Campinas, 13 de agosto de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Ricardo Luis da Silva - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Na qualidade de Diretores da Autopista Fernão Dias S.A., declaramos, nos termos do parágrafo 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/22, datada de 29 de março de 2022, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu, relativas ao período findo em 30 de junho de 2025.

São Paulo, 14 de agosto de 2025

Alisson de Almeida Freire - Diretor Presidente

Nilton Leonardo Fernandes Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Giane Luza Zimmer Freitas - Diretora de Assuntos Regulatórios

Ricardo Luis da Silva - Diretor Superintendente

Luiz Cesar Lindgren Costa - Diretor de Engenharia